

água ou do recinto, que apresentem indícios de embriaguez, de consumo de estupefacientes ou que provoquem distúrbios ou pratiquem atos de violência, como também aqueles que apresentem sinais evidentes de doenças contagiosas, tais como doenças de pele, olhos, nariz ou ouvidos e apresentem feridas abertas, devendo para isso usar de prudência e fazer a recusa em termos corretos;

CAPÍTULO VIII

Taxas de utilização

Artigo 32.º

Taxas

1 — Pela utilização das instalações das Piscinas Municipais referidas no presente regulamento, são devidas as taxas municipais previstas no Regulamento e Tabela de Taxas em vigor aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, com as alterações que lhe foram introduzidas.

2 — A guia de recebimento, ou documento equivalente, a emitir pelos serviços competentes das Piscinas Municipais, é o documento comprovativo do pagamento das taxas de utilização, e que deverá ser exibida quando solicitada pelo técnico responsável pela coordenação das instalações ou pelas entidades fiscalizadoras, e da qual deverá constar a identificação do utente, a identificação das atividades, o dia ou período a que diz respeito e respetivas taxas pagas.

Artigo 33.º

Pagamento

1 — O pagamento das taxas municipais a cobrar pelas utilizações pontuais é sempre prévio à utilização das instalações, devendo ser efetuado aquando da sua marcação.

2 — Tratando-se de cartão de utente o pagamento deve ser efetuado mensalmente até ao dia 3.º dia útil do mês a que se refere o pagamento, presencialmente nos serviços de receção e atendimento das Piscinas Municipais ou por transferência para conta bancária do Município de Vila Nova de Paiva, cujo entidade bancária e IBAN deverão ser afixados naqueles serviços em local visível para os utentes.

3 — O não pagamento das quantias devidas referidas no número anterior é motivo para cancelar a utilização das instalações sem necessidade de qualquer comunicação prévia aos utentes faltosos.

4 — A não utilização das instalações previamente reservadas não isenta o utente ou requerente do pagamento das taxas correspondentes, a não ser que razões ponderosas e alheias à sua vontade justifiquem tal facto, comunicada com a antecedência de 8 dias aos serviços de receção e atendimento das Piscinas Municipais.

5 — Excecionalmente, quando razões de interesse público o justificarem, o Presidente da Câmara Municipal, ou o vereador com competência delegada, poderá autorizar a utilização pontual de instalações a título gracioso.

6 — Nas situações de falta de pagamento e de incumprimento aplicam-se as disposições previstas no artigo 31.º e seguintes da Secção II do Capítulo VI do Regulamento e Tabela de Taxas referido no artigo anterior, com as necessárias adaptações.

CAPÍTULO IX

Disposições finais

Artigo 34.º

Publicidade

O Município de Vila Nova de Paiva poderá proceder à afixação de publicidade estática ou móvel na área interior ou exterior das instalações das Piscinas Municipais, com exceção a publicidade a bebidas alcoólicas ou a tabaco, ou outra legalmente interdita.

Artigo 35.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento são considerados revogados quaisquer despachos, deliberações ou normas relativas à gestão, funcionamento e utilização das instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva.

Artigo 36.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

ANEXO

Termo de Responsabilidade

Eu, _____, abaixo assinado(a), portador(a) do B.I./C.C. n.º _____, válido até ____/____/_____, residente na _____,

_____, asseguro sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, que não tenho qualquer contra-indicação para a prática da atividade física de _____ que pretendo desenvolver nas instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva, assim como não sou portador(a) de nenhuma doença infetoc contagiosa. -----

Contacto(s) telefónico(s): _____

Endereço eletrónico: _____

Data: ____/____/_____ O(A) Declarante

308875466

Edital n.º 814/2015

Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva:

Torno público que, por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária que teve lugar no passado dia 7 de agosto de 2015, e ao abrigo do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, é submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias a contar a data de publicação do presente Edital na 2.ª série do *Diário da República*, o Projeto da 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, que se anexa.

As sugestões devem ser apresentadas por escrito, durante aquele período, na Divisão de Administração e Finanças, durante as horas normais de expediente, ou por correio eletrónico para o endereço geral@cm-vnpaiva.pt, encontrando-se igualmente disponíveis os documentos referidos na página oficial do Município em www.cm-vnpaiva.pt.

Para constar se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

10 de agosto de 2015. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Morgado Ribeiro*.

ANEXO

Projeto da 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 243, de 17 de dezembro de 2010

Nota Justificativa

1 — O complexo das Piscinas Municipais, sitas no lugar da Pedralva, na vila de Vila Nova de Paiva, da freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, do município de Vila Nova de Paiva, dotado com uma piscina coberta para a prática da natação e atividades conexas e um tanque coberto de aprendizagem da natação, e recentemente com uma sala polivalente de ginástica para a prática de atividades físicas e de bem-estar, é uma importante infraestrutura municipal de utilização coletiva para a prática da natação e atividades conexas, que em muito beneficiará as camadas jovens e a população em geral, cujas normas de gestão, de funcionamento e de utilização estão definidas em regulamento municipal em curso para o efeito.

2 — O Regulamento e Tabela de Taxas em vigor aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, alterado pelos Editais n.ºs 427/2011, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 89, de 9 de maio de 2011, 267/2013, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 53,

de 15 de março de 2013, 451/2013, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 90, de 10 de maio de 2013, e 218/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 52, de 14 de março de 2014, não prevê quaisquer taxas municipais pela utilização das instalações das piscinas municipais.

3 — A alínea e), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, prescreve que as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente, “...pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva.”

4 — Nesta conformidade importa criar e fixar os respetivos quantitativos das taxas municipais pela utilização das instalações das Piscinas Municipais, por alteração ao Regulamento n.º 890/2010.

5 — A Assembleia Municipal é o órgão com competência regulamentar para a criação de taxas municipais, bem como para a fixação dos respetivos quantitativos, como estipula o n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, conjugado com a alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, sob proposta da Câmara Municipal ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo regime.

6 — A alteração regulamentar em causa impõe encargos e deveres aos utentes das Piscinas Municipais, pelo que, em obediência ao princípio da participação consagrado no artigo 12.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e de harmonia com o disposto nos artigos 117.º e 118.º do mesmo CPA, deverá ser elaborado e aprovado, pela Câmara Municipal, um projeto de alteração do regulamento a publicar na 2.ª série do *Diário da República*, destinando-se tal publicação à audiência de interessados e à apreciação pública da alteração do regulamento, para recolha de sugestões.

7 — Posteriormente, analisadas as sugestões, a Câmara Municipal aprova a alteração regulamentar, em proposta, que submeterá à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

8 — No Anexo II à presente alteração é apresentado o Estudo das taxas municipais a aplicar na utilização das instalações das Piscinas Municipais, em conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro. Contudo atendendo às características sociodemo-económicas do Município e à necessidade

de incentivar a prática das atividades desportivas, no caso a natação e atividades conexas, bem como a atividade física e o esforço físico, dirigidas à população em geral e, em particular, às camadas jovens e à população sénior, importa amenizar o valor das taxas a aplicar.

Nesta conformidade, atenta ao disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 7 de agosto de 2015, deliberou aprovar o seguinte Projeto da 5.ª alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, a publicar na 2.ª Série do *Diário da República* nos termos e efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para posterior submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com a alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º do RJAL:

Artigo 1.º

Alteração ao Regulamento n.º 890/2010

1 — São aditados à Tabela de Taxas não Urbanísticas constantes do Anexo I ao Regulamento Municipal e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, alterado pelos Editais n.ºs 427/2011, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 89, de 9 de maio de 2011, 267/2013, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 53, de 15 de março de 2013, 451/2013, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 90, de 10 de maio de 2013, e 218/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 52, de 14 de março de 2014, os artigos 70.º a 75.º, com a redação apresentada no Anexo I.

2 — É aditado ao capítulo VI da Tabela de Taxas não Urbanísticas constantes do Anexo I ao Regulamento n.º 890/2010, a Secção II, com a epígrafe «Instalações das Piscinas Municipais», composta pelos artigos 70.º a 75.º, nos termos apresentados no Anexo I à presente alteração.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente alteração ao Regulamento n.º 890/2010 entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

ANEXO I

Anexo I — Tabela de Taxas não Urbanísticas

	Valor da taxa (em euros)
CAPÍTULO VI	
Taxas de utilização de instalações desportivas	
SECÇÃO II	
Instalações das Piscinas Municipais	
Artigo 70.º	
Cartão de Utente	
1 Taxa pela emissão de Cartão de Utente	€ 10,00
2 Taxa de renovação anual do cartão de utente	€ 5,00
3 Emissão de 2.ª via do Cartão de Utente	€ 10,00
Artigo 71.º	
Utilização livre dos planos de água	
1 Utentes com idade igual ou inferior a 14 anos:	
a) Por um período de utilização (60 minutos)	€ 2,00
b) Por módulo de 10 períodos de utilização	€ 20,00
c) Por módulo de 20 períodos de utilização	€ 40,00
2 Utentes com idade superior a 14 anos:	
a) Por um período de utilização (60 minutos)	€ 3,00
b) Por módulo de 10 períodos de utilização	€ 30,00
c) Por módulo de 20 períodos de utilização	€ 60,00
Observações:	
a) Os detentores de Cartão de Utente válido beneficiam de uma redução em 10 % e 20 %, respetivamente, nas taxas fixadas no presente artigo para aquisição de módulos de 10 e 20 períodos de utilização, respetivamente;	
b) Os módulos de 10 ou 20 períodos de utilização devem ser usados, obrigatoriamente, num período de 60 dias após a data da sua aquisição.	

	Valor da taxa (em euros)
Artigo 72.º	
Utilização livre monitorizada dos planos de água	
1 Utentes com idade igual ou inferior a 14 anos:	
a) Por um período de utilização (45 minutos)	€ 4,00
b) Por módulo de 10 períodos de utilização	€ 35,00
c) Por módulo de 20 períodos de utilização	€ 70,00
2 Utentes com idade superior a 14 anos:	
a) Por um período de utilização (45 minutos)	€ 5,00
b) Por módulo de 10 períodos de utilização	€ 40,00
c) Por módulo de 20 períodos de utilização	€ 80,00
Observações:	
a) Os detentores de Cartão de Utente válido beneficiam de uma redução em 10 % e 20 %, respetivamente, nas taxas fixadas no presente artigo para aquisição de módulos de 10 e 20 períodos de utilização, respetivamente;	
b) Os módulos de 10 ou 20 períodos de utilização devem ser usados, obrigatoriamente, num período de 60 dias após a data da sua aquisição.	
Artigo 73.º	
Atividades monitorizadas na escola municipal de natação, nas atividades aquáticas e nas atividades de fitness e wellness na sala polivalente de ginástica	
1 Por um período de utilização semanal (45 minutos)	€ 10,00
2 Por dois períodos de utilização semanal	€ 20,00
3 Por três períodos de utilização semanal	€ 30,00
4 Por mais de três períodos de utilização semanal	€ 50,00
Observação: os detentores de Cartão de Utente válido beneficiam de uma redução em 10 %, 25 % e 40 %, respetivamente, nas taxas fixadas no presente artigo para 2, 3 ou mais que 3 utilizações semanais, respetivamente.	
Artigo 74.º	
Utilização por associações, clubes e outras instituições	
1 Por um período de utilização (60 minutos) e por pista na piscina (com o máximo de 10 utentes)	€ 10,00
2 Por um período de utilização (60 minutos) e por espaço no tanque de aprendizagem (com o máximo de 15 utentes)	€ 20,00
3 Por um período de utilização (60 minutos) na sala polivalente de ginástica (com o máximo de 25 utentes)	€ 10,00
Artigo 75.º	
Grupos informais de municípios	
1 Por um período de utilização (60 minutos) e por pista na piscina (com o máximo de 10 utentes)	€ 15,00
2 Por um período de utilização (60 minutos) e por espaço no tanque de aprendizagem (com o máximo de 15 utentes)	€ 25,00
3 Por um período de utilização (60 minutos) na sala polivalente de ginástica (com o máximo de 25 utentes)	€ 15,00

ANEXO II

Estudo das taxas a aplicar pela utilização das instalações das Piscinas Municipais

1 — A criação de taxas municipais deve ter como base de incidência a gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva por forma a apoiar os custos com a implementação da infraestrutura e os seus custos de funcionamento, manutenção e do serviço prestado, ou seja, a respetiva fundamentação económica e financeira como estabelece a alínea c), do n.º 2, do artigo 8.º da referida Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, com as alterações que lhe foram introduzidas, pelo que é apresentado a seguir, sumariamente, a determinação do valor das taxas a aplicar pela utilização das instalações das Piscinas Municipais.

2 — O custo com a construção das instalações das Piscinas Municipais, concluídas em 2003, e respetivos equipamentos, ascendeu a € 1.397.842,75, sendo a amortização anual no valor de € 69.892,14, para um prazo de amortização de vinte anos, daqui resultando:

- € 6.353,83/mês (para 11 meses de funcionamento);
- € 244,38/dia (para 26 dias mês);
- € 19,55/hora (para 12,5 horas de funcionamento por dia).

3 — Ora o Conselho Nacional da Qualidade, através da Diretiva CNQ n.º 23/93, dirigida à “Qualidade nas Piscinas de Uso Público”, estabeleceu no capítulo 3 da Diretiva que:

a) A lotação máxima instantânea corresponde ao número máximo de banhistas que poderão ser admitidos em simultâneo numa piscina, calculada com base na área total de superfícies de plano de água de todos

os tanques que constituem a instalação, no caso de piscinas cobertas na relação de um banhista por cada 2 m² de plano de água.

b) A lotação máxima diária é a capacidade diária de operação de uma piscina, que corresponde ao número máximo de banhistas que poderão frequentar a instalação ao longo de cada dia de funcionamento, e que não deverá ser superior a 4 vezes a lotação máxima instantânea;

c) A lotação de serviço é definida, para cada piscina, como o número médio de banhistas admissível por hora na instalação que, multiplicado pelo número de horas de funcionamento diário, não será superior ao valor definido para a lotação máxima diária, ou seja, a lotação máxima de serviço corresponde ao quociente entre a lotação máxima diária e o número de horas de funcionamento diário.

4 — A superfície total dos planos de água existentes nas instalações das Piscinas Municipais é de 408,50 m², como segue:

Piscina — 12,50 m × 25 m = 312,5 m²
Tanque de aprendizagem — 8,00 m × 12 m = 96,00 m²

Assim:

Lotação máxima instantânea = 204 banhistas, sendo:

Piscina = 312,50m²: 2m² ≈ 156 banhistas;

Tanque de aprendizagem = 96,00m²: 2m² = 48 banhistas;

Lotação máxima diária = 816 banhistas, sendo:

Piscina = 4 × 156 = 624 banhistas;

Tanque de aprendizagem = 4 × 48 = 192 banhistas.

Lotação máxima de serviço = 65 banhistas por hora, sendo:

Piscina = 624 banhistas: 12,5 horas ≈ 50 banhistas por hora;

Tanque de aprendizagem = 192 banhistas: 12,5 horas ≈ 15 banhistas por hora;

5 — Relativamente às despesas correntes, as despesas médias mensais ascendem a cerca de € 22.678,56, assim distribuídas, sem considerar o custo da água:

Produtos de tratamento das piscinas — € 227,27
 Produtos de limpeza das instalações € 220,67
 Eletricidade — € 2.839,00
 Gasóleo de aquecimento — € 9.021,32
 Recursos humanos (responsável técnico, assist. técnicos e operac.).
 € 6.365,20

Monitores de natação/desporto — € 4.005,10

6 — Para custos mensais de € 22.678,56, e considerando 26 dias de funcionamento por mês e 12,5 horas de funcionamento por dia, conclui-se que os custos por hora são de € 69,78 com uma taxa de utilização máxima, e de € 139,56 para metade dessa taxa de utilização.

7 — Tendo em conta o custo por hora mencionado para uma taxa de utilização máxima de 100 % e sabendo que a piscina terá uma imputação de cerca de 70 % dos custos e que o tanque de aprendizagem terá uma imputação de 30 %, ter-se-ão os seguintes custos por plano de água:

Descrição	Piscina (Imputação 70 %)	Tanque de aprendizagem (Imputação de 30 %)	Total
Custo por hora	€ 48,85	€ 20,93	€ 69,78
Custo de utilização por hora (com lotação máxima diária)	€ 48,85	€ 20,93	€ 69,78
Custo de utilização por hora (com metade da lotação máxima diária)	€ 97,70	€ 41,86	€ 139,56

8 — Conforme indicado no n.º 4, a piscina pode suportar uma lotação máxima diária de 624 utentes o que dá 50 utentes por hora, enquanto o tanque de aprendizagem suporta uma lotação máxima diária de 192 utentes, o que dá 15 utentes por hora, pelo que resulta um custo por pessoa em cada um dos casos de:

Descrição	Piscina	Tanque de aprendizagem
Custo por hora	€ 48,85	€ 20,93
Número de pessoas por hora	50	15
Custo por pessoa (com lotação máxima de serviço)	€ 0,98	€ 1,40
Custo por pessoa (com metade da lotação máxima de serviço)	€ 1,96	€ 2,80

9 — A imputação dos custos referentes à amortização da infraestrutura e equipamentos referidos no n.º 2 é a seguinte:

Descrição	
Investimento	€ 1.397.842,75
Amortização em anos	20
Meses	11
Dias	26
Horas	12,5
Utentes por hora (lotação máxima do serviço)	65
Custo por pessoa (com lotação máxima de serviço)	€ 0,30/hora
Custo por pessoa (com metade da lotação máxima de serviço)	€ 0,60/hora

10 — Do exposto resulta que o valor justo a pagar por uma hora de utilização (livre), considerando os custos hora por pessoa determinados nos n.ºs 8 e 9 que antecederem, será:

Lotação	Piscina	Tanque de aprendizagem
Com lotação máxima (tx. util. 100 %)	€ 1,28/hora	€ 1,70/hora
Com metade da lotação (tx. util. 50 %)	€ 2,56/hora	€ 3,40/hora

11 — Acrescem aos montantes constantes do número anterior, os seguintes, para uma aula com monitor de natação/desporto, independentemente da atividade, em que o custo por utente é o seguinte, admitindo um número médio de 7 alunos:

Descrição	Piscina	Tanque de aprendizagem
Custo por utente (livre)	€ 1,28/hora	€ 1,70
Custo do monitor	€ 12,32/hora	€ 12,32
Número médio de alunos	7	7
Custo aluno hora (utilização a 100 %)	€ 1,94	€ 2,00
Custo aluno hora (utilização a 50 %)	€ 3,88	€ 4,00

12 — Conclui-se assim, admitindo uma taxa de utilização dos planos de água correspondente a metade da sua lotação máxima de serviço (taxa de utilização a 50 %), que os valores justos por hora de utilização seriam os seguintes:

Descrição	Piscina	Tanque de aprendizagem
Utilização livre	€ 2,56/hora	€ 3,40/hora
Custo por utente e por hora, com monitor 1 × semana	€ 6,44	€ 7,40

Descrição	Piscina	Tanque de aprendizagem
2 × semana	€ 12,88	€ 14,80
3 × semana	€ 19,32	€ 22,20

308875441

MUNICÍPIO DE VOUZELA

Aviso (extrato) n.º 9909/2015

Licenças sem remuneração

Para os devidos efeitos se torna público que, no exercício das competências que me são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelos meus despachos datados de 11/8/2015 e 14/8/2015, respetivamente, foram autorizadas de harmonia com o disposto nos artigos 280.º e 281.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, licenças sem remuneração aos seguintes trabalhadores: Gil Duarte Castanheira Jesus Rodrigues, Carreira/Categoria de Assistente Operacional, pelo período de 6 meses, com início em 8 de agosto de 2015; e, Fernanda Maria Monteiro Nunes Leal Marques, Carreira /Categoria de Técnica Superior, pelo período de 6 meses, com início em 1 de setembro de 2015.

18 de agosto de 2015. — O Presidente da Câmara, *Rui Miguel Ladeira Pereira*, Eng.

308892443

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CORUCHE, FAJARDA E ERRA

Aviso n.º 9910/2015

Projeto de Regulamento dos Cemitérios da União de Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra

Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa, Presidente da União de Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra.

Torna público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que submete-se a consulta pública, por um período de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*, o Projeto de Regulamento dos Cemitérios da Freguesia da União de Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, aprovado, por unanimidade, pela Junta de Freguesia na reunião de 07 de abril de 2015.

Durante esse período, todos os cidadãos interessados poderão consultar o projeto de regulamento acima referido, na sede da União de Freguesias de Coruche, e nas delegações na Fajarda e na Erra, no horário normal de funcionamento.

Podem ainda os interessados, querendo, apresentar as suas participações, observações, sugestões, e pedidos de esclarecimento, por escrito, em documento devidamente identificado, dirigido ao Presidente da União de Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra para a morada postal da sede da União de Freguesias: Rua 25 de abril, Quinta do Lago, 2100-126 Coruche; por correio eletrónico: ufcoruche.fajarda.erra@gmail.com; via Fax: 243660623, ou ainda, entregar na sede da União de Freguesias em Coruche, ou nas delegações na Fajarda ou na Erra.

29 de julho de 2015. — O Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, *Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa*.

308872793

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GRIJÓ E SERMONDE

Aviso n.º 9911/2015

Procedimento concursal comum, destinado exclusivamente a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a ocupação de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Assistente Técnico (carreira geral/pluricategorial/grau 2 de complexidade funcional), na área da função de assistente administrativo.

I

Na sequência da aplicação da Portaria 48/2014, de 26 de fevereiro, a Junta de Freguesia da União das freguesias de Grijó e Sermonde ve-

rificou junto da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação com perfil adequado, aptos a suprir as necessidades de ocupação dos postos de trabalho supramencionados.

II

Posto isto, e nos termos dos números 1 e 3 do artigo 30.º e artigo 33.º do anexo da Lei 35/2014, de 20 de junho (doravante designada por LTFP), conjugados com a Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria 145-A/2011, de 6 de abril (doravante designada de Portaria) e nos termos da Lei 83-B/2014 (doravante designada por LOE 2015), torna-se público que se encontra aberto pelo período de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Técnico (na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previsto no mapa de pessoal da Freguesia).

1 — Número de postos de trabalho: 1 (um).

2 — Conteúdo funcional/caracterização do posto de trabalho:

Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Execução da contabilidade autárquica, gestão de recursos humanos, recenseamento eleitoral, expediente, publicidade e ocupação de via pública — tesouraria).

3 — Posicionamento remuneratório: de acordo com o artigo 38.º do anexo da LTFP, o posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado será objeto de negociação, após o termo do procedimento concursal, com as limitações impostas pela LOE.

4 — Requisitos de admissão: poderão candidatar-se ao presente procedimento os trabalhadores que, até à data limite para apresentação das candidaturas, detenham vínculo de emprego público por tempo indeterminado, previamente estabelecido e que satisfaçam os requisitos previstos no artigo 17.º do anexo da LTFP:

1 — Além de outros requisitos especiais que a lei preveja, a constituição do vínculo de emprego público depende da reunião, pelo trabalhador, dos seguintes requisitos:

- Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- 18 anos de idade completos;
- Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

2 — A nacionalidade portuguesa para o desempenho de funções públicas só pode ser exigida nas situações previstas no n.º 2 do artigo 15.º da Constituição.

4.1 — Nível habilitacional exigido: 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado.

4.2 — Podem candidatar-se ao procedimento os trabalhadores que cumpram os requisitos do artigo 35.º do anexo da LTFP.

4.3 — Para efeitos da alínea I) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria, não serão admitidos os candidatos que, cumulativamente se encontrem integrados na carreira e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho cuja ocupação se pretende com o presente procedimento concursal.

5 — Formalização de candidaturas: através de preenchimento de formulário próprio, aprovado pelo Despacho 11321/2009, de 8 de maio, disponibilizado em suporte papel na sede da Freguesia.

5.1 — A entrega da candidatura poderá ser efetuada:

Pessoalmente na sede da União de Freguesias de Grijó e Sermonde, Alameda do Mosteiro, s/n., 4415-493 Grijó, Vila Nova de Gaia, das 09h00 às 17h00, sendo emitido recibo da data de entrada; ou através de correio registado e com aviso de receção, para o mesmo endereço, atendendo-se à data do respetivo registo para o termo do prazo fixado.

Não serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.